

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 7

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

7

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 7 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-014-8

DOI 10.22533/at.ed.148181912

1. Educação e estado. 2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 3. Prática pedagógica. 4. Professores – Formação.
I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No âmbito da presente obra é relevante destacar que a preocupação com a formação de professores é antiga. E que a concepção e as finalidades da formação continuada de professores no Brasil foram mudando ao longo do tempo.

É pertinente afirmar que as políticas educacionais voltadas à formação continuada de professores, são fundamentais e possuem um potencial significativo quando se trata da promoção da melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos.

Deste modo, os artigos deste volume no geral apresentam alguns aspectos legais advindos da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, do Plano Nacional de Educação, da Resolução CNE/CP n.º 01/2002 que institui as Diretrizes Nacionais para a formação de professores e Portaria Ministerial n.º 1.403/2003 que cria a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (a mais utilizada nos artigos) os artigos 61, 62, 63, 64, 65 e 66 tratam da formação dos profissionais da educação e o artigo 67 sobre a sua valorização.

Os saberes do professor também é um tema abordado e de todos os saberes, o saber da experiência se destaca, uma vez que ele é aprendido na prática, na vivência reflexiva do trabalho cotidiano e nos embates com os problemas vividos nos processos das práticas refletidas. Esse conhecimento é unido à ação didática, é prática e teoria ao mesmo tempo. É o que define o professor como autor da sua prática, mediada pelas relações com seus educandos, constrói saberes e redimensiona a teoria.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DOCENTE	
<i>Flaviani Souto Bolzan Medeiros</i>	
<i>Jaqueline Sabrini Carvalho Cunha</i>	
<i>Andreia Ines Dillenbourg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819121	
CAPÍTULO 2	18
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM AMBIENTE DE CIBERCULTURA E SUAS DEMANDAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Valter Pedro Batista</i>	
<i>Lucila Pesce</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819122	
CAPÍTULO 3	32
A FORMAÇÃO DOCENTE E O PAPEL DA TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DOS SABERES DOCENTES	
<i>Rosely Cândida Sobral</i>	
<i>Denise Rosana da Silva Moraes</i>	
<i>Tamara Cardoso André</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819123	
CAPÍTULO 4	41
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DOS FORMADORES E O CURRÍCULO DAS LICENCIATURAS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Maria Célia Borges</i>	
<i>Leonice Matilde Richter</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819124	
CAPÍTULO 5	56
A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA E O TRABALHO COM QUESTÕES MORAIS	
<i>Izabella Alvarenga Silva</i>	
<i>Raul Aragão Martins</i>	
<i>Luciana Aparecida Nogueira da Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819125	
CAPÍTULO 6	64
A RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<i>Miryan Cristina Buzetti</i>	
<i>Maria Piedade R. da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819126	
CAPÍTULO 7	72
ABORDAGEM TEMÁTICA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DE CIÊNCIA DA NATUREZA A PARTIR DA EPISTEMOLOGIA BACHELARDIANA	
<i>Marinês Verônica Ferreira</i>	
<i>Cristiane Muenchen</i>	
<i>Carlos Alberto Marques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819127	

CAPÍTULO 8	82
COACHING EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR	
<i>Andressa Savoldi de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819128	
CAPÍTULO 9	101
COORDENADOR PEDAGÓGICO DA ESCOLA: ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS	
<i>Antonio Nilson Gomes Moreira</i>	
<i>Gláucia Mirian de Oliveira Souza Barbosa</i>	
<i>Ana Lúcia Lopes do Carmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1481819129	
CAPÍTULO 10	115
DILEMAS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CRIANÇAS PEQUENAS	
<i>Alice de Paiva Macário</i>	
<i>Víviã Carvalho de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191210	
CAPÍTULO 11	126
DIVERSIDADE, ENSINO DE GEOGRAFIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
<i>Hyago Ernane Gonçalves Squiave</i>	
<i>Priscila Braga Paiva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191211	
CAPÍTULO 12	134
FORMAÇÃO CONTÍNUA NA PERSPECTIVA DE APRENDIZADO COLABORATIVO PARA PROFESSORES ALFABETIZADORES	
<i>Ivana Ferreira dos Santos</i>	
<i>Cecília Vicente de Sousa Figueira</i>	
<i>Fernanda Barros Ataiades</i>	
<i>Anair Araújo de Freitas Silva</i>	
<i>Érica Giarretta Biase</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191212	
CAPÍTULO 13	144
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NATURAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O CASO DA CIDADE DE MARABÁ(PA)	
<i>Airton dos Reis Pereira</i>	
<i>Marinalda Gomes Apinagés</i>	
<i>Maria José Costa Faria</i>	
<i>Rayda Matias Lima</i>	
<i>Vanda Coelho Rêgo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191213	
CAPÍTULO 14	152
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO CAPITALISTA: VALORIZAÇÃO E OU PRECARIZAÇÃO?	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191214	

CAPÍTULO 15	167
FORMAÇÃO DOCENTE: HÁ POSSIBILIDADES PARA ALÉM DO INSTITUÍDO?	
<i>Maurício Fagundes</i> <i>Silvana Hoeller</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191215	
CAPÍTULO 16	176
LEIO QUANDO POSSO - PRÁTICAS DE LEITURA ENTRE FUTUROS PEDAGOGOS	
<i>Ezequiel Theodoro da Silva</i> <i>Ludimar Pegoraro</i> <i>Mariangela Kraemer Lenz Ziede</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191216	
CAPÍTULO 17	192
NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS COMO PRODUTORAS DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Marcelo Silva da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191217	
CAPÍTULO 18	202
O PIBID ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS PARA A FORMAÇÃO/ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES INICIANTES	
<i>Ray-Ila Walleska Santos Ferreira Gouveia</i> <i>Maria Joselma do Nascimento Franco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191218	
CAPÍTULO 19	213
O QUE DIZEM AS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE A FORMAÇÃO DAS (OS) DOCENTES DA CRECHE?	
<i>Patrícia Maria Reis Cestaro</i> <i>Núbia Schaper Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191219	
CAPÍTULO 20	225
O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – SARESP, COMO INDICATIVO DAS LACUNAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM UMA ESCOLA PARTICULAR*	
<i>Karina Machado</i> <i>Maria Iolanda Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191220	
CAPÍTULO 21	234
POTENCIALIDADES DA EXTENSÃO UNIVERITÁRIA COMO PARTE DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO DA UNESP RIO CLARO E O PEJA	
<i>André Luís Messetti Christofolletti</i> <i>Flávia Priscila Ventura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191221	
CAPÍTULO 22	242
RANÇOS E AVANÇOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: DESVELANDO O IMAGINÁRIO SOCIAL DOCENTE	
<i>Márcia Beatriz Cerutti Müller</i> <i>Denise Regina Quaresma da Silva</i> <i>Zuleika Leonora Schmidt Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191222	

CAPÍTULO 23	255
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O ENSINO E APRENDIZADO DA DANÇA NO CONTEXTO ESCOLAR	
<i>Kathya Maria Ayres de Godoy</i> <i>Ivo Ribeiro de Sá</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191223	
CAPÍTULO 24	268
RELAÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS NO CONTEXTO ESCOLAR: SUA COMPREENSÃO PARA EMBASAR PROJETOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Laurinda Ramalho de Almeida</i> <i>Adriana Teixeira Reis</i> <i>Jeanny Meiry Sombra Silva</i> <i>Luana de André Sant'Ana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191224	
CAPÍTULO 25	275
SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DOCENTE AUTÔNOMA	
<i>Augusta Teresa Barbosa Severino,</i> <i>Renata Cristina Geromel Meneghetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191225	
CAPÍTULO 26	286
A SINTONIA ENTRE AS DIMENSÕES PRESENCIAL E VIRTUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DE UMA EXPERÊNCIA INOVADORA	
<i>Luiza Alves Ferreira Portes</i> <i>Luzia Cristina Nogueira de Araujo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.14818191226	
SOBRE A ORGANIZADORA	297

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – SARESP, COMO INDICATIVO DAS LACUNAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM UMA ESCOLA PARTICULAR*

Karina Machado

Universidade Federal de São Carlos
São Carlos - SP

Maria Iolanda Monteiro

Universidade Federal de São Carlos
Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas
São Carlos - SP

RESUMO: Este artigo apresenta um dos eixos conclusivos da pesquisa realizada sobre a contribuição dos resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) na rede particular, em Língua Portuguesa, nas edições de 2013 e 2014, especificamente no 2º ano do ensino fundamental. Entre outros, observamos que a formação docente, para o trabalho com o processo de alfabetização, necessita de um olhar especial, tanto no momento da formação inicial (licenciatura), quanto no processo formativo que se consolida na prática da profissão. Concluímos que há conhecimentos imprescindíveis para este profissional, os quais devem ser adquiridos na formação inicial e transformarem-se em objetos de reflexão na ação, na prática pedagógica. Considerando a ausência de tais conhecimentos durante a licenciatura, estes devem, impreterivelmente, serem compartilhados com os alfabetizadores, em momentos formativos, organizados pela

instituição (preferencialmente) ou, até mesmo por iniciativa do professor. A ausência desta reflexão e de um profissional que assuma o papel de colaborador na formação do docente, pode causar lacunas no processo de alfabetização das crianças, as quais ficaram evidentes na pesquisa realizada e citada.

PALAVRAS-CHAVE: formação continuada; alfabetização; avaliação.

1 | INTRODUÇÃO

Quando debatemos a questão da qualidade do ensino, inevitavelmente nos deparamos com questões que envolvem a formação docente e as aplicações das avaliações em larga escala. Quanto à questão da formação docente, esbarramos em discussões que vai desde a formação básica até a formação acadêmica dos futuros professores. Já as avaliações em larga escala, com o objetivo de diagnosticarem a qualidade do ensino, acabam por revelar baixos índices de desempenho dos alunos, o que nos leva à inúmeros questionamentos. Entre eles, voltamos à questão da qualidade da formação docente.

No Estado de São Paulo, a avaliação em larga escala é representada pelo SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar

do Estado de São Paulo e tem como objetivo diagnosticar o desempenho das escolas e dos alunos. Participam os estudantes matriculados nos 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio das escolas estaduais (as outras instituições podem participar por meio de adesão). É uma avaliação que acontece anualmente nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática – os outros componentes são avaliados em períodos alternados (SÃO PAULO, 2009), baseada no currículo do Estado de São Paulo. No caso do 1º ao 5º ano, a matriz de avaliação utiliza a base conceitual do projeto “Ler e Escrever, que está em uso na rede estadual desde o ano de 2007 (SÃO PAULO, 2009)”. Após a realização da avaliação são emitidos Relatórios Pedagógicos e os boletins com o desempenho dos alunos, os quais podem ser utilizados como mais um instrumento de reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Nos anos de 2015 e 2016, realizamos nossa pesquisa sobre a contribuição desta avaliação na prática pedagógica dos professores da rede particular pois observamos uma queda nos resultados das edições de 2013 e 2014 no componente de Língua Portuguesa do 2º ano do ensino fundamental (MACHADO, 2017). Tal resultado nos levou a questionar sobre as habilidades desenvolvidas nesta etapa escolar e as aferidas nesta avaliação externa. Percebemos então as lacunas no processo de alfabetização e a ausência de um trabalho formativo com o grupo de docentes a partir das especificidades desta etapa de aquisição da leitura e da escrita.

Neste texto, ao discorrermos sobre a formação docente, não nos prenderemos exclusivamente aos conteúdos pedagógicos e pertinentes à sua atuação profissional, mas também aos conteúdos específicos dos componentes curriculares, os quais também são de extrema importância para a qualidade do ensino a ser desenvolvido no exercício da profissão docente.

A formação do professor é assunto que fomenta muitas pesquisas, debates e políticas públicas. Gatti e Nunes (2009) coordenaram uma pesquisa sobre os currículos dos cursos de licenciatura, pelo Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, em 2008. Das grades curriculares analisadas, entre outras informações, identificaram que apenas 30% das horas das disciplinas das licenciaturas em Pedagogia são dedicadas à formação profissional específica, isto é, as disciplinas que tratam dos conteúdos específicos do currículo da educação básica, ocupam uma pequena porcentagem da carga horária.

Se considerarmos que haverá professores oriundos de uma educação básica de diferentes qualidades, com falhas e ausências de conteúdos, nos perguntamos: qual o repertório que esses professores possuem e que serão utilizados no momento do desenvolvimento em sala de aula? Talvez aqui seja o início de uma discussão sobre a importância de se olhar atentamente para o desenvolvimento destas temáticas específicas na grade curricular acadêmica, vinculado aos conteúdos pedagógicos e à aproximação destes conhecimentos com a rotina escolar. Caso contrário, estaremos correndo risco de perpetuarmos o desenvolvimento de aulas vagas, por consequência

de uma sequência de falhas conceituais.

Especificamente no caso do ensino da língua materna, das competências leitoras e escritoras - objeto de apresentação deste texto – responsabilizamos os professores pelo seu ensino, mas nos esquecemos que muitas vezes eles também não possuem tais competências desenvolvidas. Aqui questionamos: qual seria então, a contribuição da formação acadêmica? E após a formação deste profissional, quais estratégias formativas poderiam ser desenvolvidas no auxílio a este professor e, conseqüentemente, refletida na qualidade de ensino deste em sala de aula? E quem seria o responsável, ou co-responsável por tal colaboração formativa? Temos consciência de que o docente também seja protagonista de sua formação, mas também consideramos que a parceira com outros profissionais, em seu próprio ambiente de trabalho, também contribua neste processo de formação.

Consideramos que o professor responsável pelos anos iniciais do ensino fundamental, também chamado de ciclo da alfabetização, tenha que ter em seu repertório profissional conhecimentos específicos do processo de aquisição da escrita, isto é, conhecer e identificar “o que cada criança deverá ser capaz de realizar, progressivamente, nos diferentes períodos desse ciclo” (CEALE, 2003, p.7).

Acreditamos assim que, tanto a formação inicial quanto à continuada, necessitem passar por uma minuciosa análise de conteúdos que são desenvolvidos com seus profissionais (ou futuros profissionais), pois julgamos que seja de extrema importância a presença, o desenvolvimento e a exploração de alguns conteúdos específicos do processo de alfabetização tanto nas grades curriculares das licenciaturas quanto nos momentos reflexivos e formativos dos docentes durante sua prática profissional.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa que nos indicou a lacuna existente no processo de alfabetização da escola particular participante, revelado primeiramente pelos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, nas edições de 2013 e 2014, do 2º ano do ensino fundamental, em Língua Portuguesa, utilizamos o método da pesquisa qualitativa, pautado no estudo de caso (LÜDKE; ANDRÉ, 2014). Trabalhamos com a análise das provas do SARESP das edições citadas e com a utilização de dois instrumentos de coleta de dados: um questionário e uma entrevista; os quais contribuíram no conhecimento da formação do grupo docente e das práticas utilizadas para o ensino da língua materna.

Para a elaboração da entrevista, realizamos previamente a leitura das orientações pedagógicas e das expectativas de ensino e aprendizagem. Após a leitura, elaboramos um roteiro de questões com especificidades do desenvolvimento do trabalho com a língua materna em cada ano escolar. Após a realização da entrevista, transcrevemos e organizamos os eixos de análise. No caso da explanação deste texto, nos reportaremos

ao eixo das práticas pedagógicas utilizadas para o ensino da língua materna.

Em outra etapa da pesquisa, representada pela análise das provas do SARESP, realizamos o levantamento das habilidades aferidas ao final do 2º e 3º anos do ensino fundamental, em Língua Portuguesa, e confrontamos com a proposta pedagógica da escola particular. Ao constatarmos que as propostas pedagógicas das duas redes de ensino (estadual e particular) pautavam-se no ensino da língua materna a partir dos gêneros textuais, também realizamos o levantamento dos gêneros trabalhados nos três primeiros anos do ensino fundamental e, mais uma vez, comparamos com os textos utilizados na avaliação externa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória escolar no ensino fundamental, tem como um de seus objetivos, o “desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (BRASIL, 1997). Sendo que os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) são um dos documentos de referência nos materiais analisados, nos reportamos também a eles e observamos que propõem a organização do trabalho com o componente de Língua Portuguesa considerando o desenvolvimento da língua oral e escrita e trazem os gêneros textuais como unidade de ensino.

A partir do momento em que a leitura e a escrita são reconhecidas processos simultâneos e complementares, consideramos que os gêneros textuais estarão presentes em todos os anos escolares, isto é, serão objetos de ensino, também, no processo de alfabetização (MONTEIRO, 2010).

Schneuwly e Dolz (2004) propuseram a organização dos gêneros textuais em cinco grupos, de acordo com as capacidades linguísticas globais: textos expositivos, narrativos, argumentativos, descritivos e relatórios. É a partir desta proposta que organizamos a análise dos gêneros textuais apresentados no material didático da rede particular e nas provas do SARESP, nas edições de 2013 e 2014.

As provas de Língua Portuguesa do SARESP, do 2º e 3º anos do ensino fundamental, realizadas em 2013 e 2014, apresentaram os mesmos gêneros textuais em suas questões: lista, cantiga, conto, texto informativo e fábula. Ao analisarmos o material didático da rede particular, que participava do SARESP por meio de adesão, observamos que tais gêneros apresentados e avaliados na prova, já são desenvolvidos desde o 1º ano, o que nos leva a pressupor que os alunos já deveriam ter condições de identificar e produzir tais textos.

Porém, os resultados de um ano para o outro demonstram um aumento nos níveis de desempenho básico e pleno e, conseqüentemente, uma queda significativa no nível avançado, o qual apresentava uma porcentagem satisfatória (mais da metade dos estudantes encontrava-se nesse nível de desempenho). Podemos verificar tais

resultados na tabela 1.

Níveis de desempenho	Edição 2013	Edição 2014
Insuficiente	0	0
Básico	9,4	25,8
Pleno	21,9	64,5
Avançado	68,8	9,7

Tabela 1 - Resultado dos níveis de desempenho dos alunos da rede particular do 2º ano do ensino fundamental no componente de Língua Portuguesa

Fonte: Boletim da Escola (VUNESP, 2014; 2015) - organizado pelas pesquisadoras

Nos Relatórios Pedagógicos encontramos a descrição dos níveis de desempenho e aqui, selecionamos as habilidades que se referem à produção textual. Estes resultados revelam que no ano de 2013, 68,8% das crianças reescreviam “trecho de história conhecida, garantindo a presença da maioria dos acontecimentos narrados” (SÃO PAULO, 2014, p.18), mas, em 2014, essa porcentagem caiu significativamente para 9,7%. O nível pleno apresentou um grande crescimento, o que nos leva a concluir que houve um declínio no desempenho dos estudantes.

Poderíamos, numa primeira análise, considerar o resultado satisfatório, já que neste nível as crianças “(...) reescrevem trecho de uma história conhecida, garantindo a presença de mais da metade dos acontecimentos narrados” (SÃO PAULO, 2014, p. 18), mas há que se enfatizar que as matrizes de referência do SARESP “representam um recorte dos conteúdos do currículo e também privilegiam algumas competências e habilidades a eles associados” (SÃO PAULO, 2009, p. 14). Desta forma questionamos se o resultado, baseado num recorte dos conteúdos, é realmente satisfatório quando se pensa e almeja a efetivação de determinados conhecimentos nesta faixa etária.

Sendo, assim, verificamos com essa diferença de resultados, com a análise dos materiais didáticos e entrevistas realizadas, que o processo de alfabetização está diluído na prática de leitura dos diversos textos. Observamos que não há nos materiais didáticos, nem nas orientações pedagógicas atividades que ensinem a especificidade do sistema alfabético. Aqui, consideramos de fundamental importância, conforme os estudos, por exemplo, de Monteiro (2010) e Soares (2016), o papel de um profissional que contribua na formação do docente alfabetizador, para que ele possa promover a aprendizagem do sistema de escrita alfabética com os gêneros textuais.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL,1997), considera a “centralidade do texto como unidade de trabalho” (p 65). Enfatiza que

Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens (BRASIL, 2017, p. 65).

Compreendemos também neste documento, que o trabalho com a diversidade de gêneros textuais e as situações significativas de produção textual ainda sejam o ponto de partida do planejamento no componente curricular da Língua Portuguesa, em todos os anos escolares. A BNCC enfatiza que nos dois primeiros anos do ensino fundamental

“[...] o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social” (BRASIL, 2017, p. 61).

Dessa forma, fica evidente a grande responsabilidade que um docente, atuante nos anos iniciais, carrega em sua função. Assim, consideramos que seja inadmissível a continuidade de uma formação deficiente, em que não colabore para essa rede contínua de aprendizados (formador, coordenador, professor e alunos).

A equipe do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE, 2004) da Faculdade de Educação da UFMG, em parceria com as professoras alfabetizadoras da rede pública escolar, organizou uma coleção com orientações sobre o ciclo inicial da alfabetização e apresentaram em um de seus cadernos, as capacidades linguísticas a serem desenvolvidas nas crianças nas situações escolares:

- Compreensão e valorização da cultura escrita
- Apropriação do sistema de escrita
- Leitura
- Produção escrita
- Desenvolvimento da oralidade

Tais capacidades linguísticas, as quais trabalhadas e desenvolvidas simultaneamente, quando de conhecimento do professor alfabetizador e objeto de reflexão do formador, inevitavelmente culminará no planejamento de atividades que promovam o desenvolvimento das capacidades linguísticas e conseqüentemente, na qualidade de ensino. Para avaliar, planejar e orientar é preciso saber onde se quer e onde se pode chegar com as crianças.

Não estamos almejando salas com 100% dos estudantes classificados no nível de desempenho avançado, mas almejamos um processo de aquisição da leitura e da escrita em que a criança esteja em contato constante e diversificado com os gêneros textuais, sem suprimir o ensino da técnica da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do SARESP demonstraram que a metodologia utilizada no ensino da língua materna da rede particular de ensino pesquisada, dilui o processo de aquisição do sistema de escrita no trabalho com a diversidade textual.

Acreditamos que seja de extrema importância o conhecimento de diferentes textos e suas funções sociais, porém, quando se trata do ciclo de alfabetização, devemos considerar que, por ser o período de consolidação de aquisição do sistema de escrita, há que se proporcionar situações de aprendizagem específicas desta: diferenças entre letras, desenho e números, relação do som com a grafia, orientação da escrita e da leitura - da esquerda para a direita, de cima para baixo, frente e verso (CEALE, 2004). Não podemos perpetuar a crença de que o simples fato de estarem imersas num mundo textual, fará com que a criança, por si, descubra tais conteúdos. É preciso promover situações de aprendizagem intencionais, sistematicamente.

Outro fator de reflexão a partir dos resultados desta avaliação externa, é o que diz respeito à formação docente. Considerando que um dos objetivos da avaliação externa seja diagnosticar a qualidade de ensino, nos perguntamos qual seria o próximo passo. Sugerimos a utilização dos resultados, das análises pedagógicas, das descrições dos níveis de desempenho, como instrumentos de reflexão das estratégias pedagógicas utilizadas (ou a serem utilizadas) no processo de alfabetização, aliadas aos conteúdos específicos desta etapa escolar.

Acreditamos que uma formação docente continuada, pautada nas “situações problemáticas” (IMBERNÓN, 2010) do próprio grupo de profissionais e estudantes, contribua para a qualidade de ensino, pois, quando o professor conhece o processo de aprendizagem e os conteúdos intrínsecos do ensino da língua materna, conduzirá o cenário pedagógico em sua sala de aula com melhores condições de acertos e promoções de aprendizagem, considerando as mudanças das bases curriculares oficiais.

*MACHADO, K.; MONTEIRO, M. I. O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, como indicativo das lacunas no processo de alfabetização em uma escola particular. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 2017.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional brasileira.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 5 de set. 2015.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa – ensino de primeira à quarta série.** Brasília: MEC/SEB, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.** Brasília: MEC/SEB, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Repensando a atuação profissional e a formação de professores. In **Referenciais para a Formação de Professores.** Brasília: MEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo da alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 abr.17.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – educação é a base**. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 22 jul. 2018.

CEALE. **Secretaria de Estado de Educação. Orientações para a organização do ciclo inicial de alfabetização**. Caderno 2. Belo Horizonte, 2004.

GATTI, B.A.; NUNES, M.M.R. (org.). **Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Tradução de Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E. P. U., 2014.

MACHADO, K. **O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e o ensino da Língua materna em uma rede particular**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

MACHADO, K.; MONTEIRO, M. I. O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, como indicativo das lacunas no processo de alfabetização em uma escola particular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, VI, 2017. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Educação: v. 4 “Educação e formação humana: práxis e transformação social: pesquisas concluídas”**. UNESP: Bauru, 2017. Disponível em: < http://www.cbe-unesp.com.br/2017/pages/anais_cbe_v02.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.

MONTEIRO, M. I. **Alfabetização e letramento na fase inicial da escolarização**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

SÃO PAULO, (Estado) Secretaria da Educação. Matrizes de referência para a avaliação SARESP: documento básico/Secretaria da Educação: coordenação geral, Maria Inês Fini – São Paulo: SEE, 2009.

_____. **Relatório dos estudos do SARESP/Língua Portuguesa/2013**. – São Paulo: SEE, 2014.

Soares, M. **Alfabetização: A Questão Dos Métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-014-8

